

Eleições Nacionais 2014



Boletim sobre o processo político em Moçambique



3ª Estudo especial - 2 de novembro de 2014

Editor: Joseph Hanlon Editor Adjunto: Adriano Nuvunga Chefe de redação: Teles Ribeiro. Repórter: Idalêncio Sitoê

Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, e AWEPA, Parlamentares Europeus para a África
O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.
www.cip.org.mz/election2013/ e bit.ly/ElecNac

ACÇÃO COLETIVA: Este boletim é baseado em reportagens de mais de 150 jornalistas, que se encontram em quase todos os distritos, trabalhando como uma equipa para dar a cobertura das eleições mais completa e actualizada. Este ano, iremos trabalhar em parceria com o Fórum Nacional de Rádios Comunitárias (FORCOM) e a Liga dos Direitos Humanos.

Para as notícias mais quentes sobre as eleições, siga-nos no **Facebook:**
<https://www.facebook.com/CIP.Eleicoes>

3ª Estudo especial do Boletim

Sobre a tensão entre a *projecção de resultados correctos* e a *correção de resultados*

29 de novembro de 2014

O apuramento dos resultados eleitorais é notoriamente lento em Moçambique. É demasiado lento para ser capaz de ir de encontro às expectativas dos candidatos, dos partidos e do público interessado geral. É objectivamente lento comparativamente aos países com características geográficas e números de eleitores similares. Assim, o CIP experimentou uma projecção de resultados eleitorais nova e fiável.

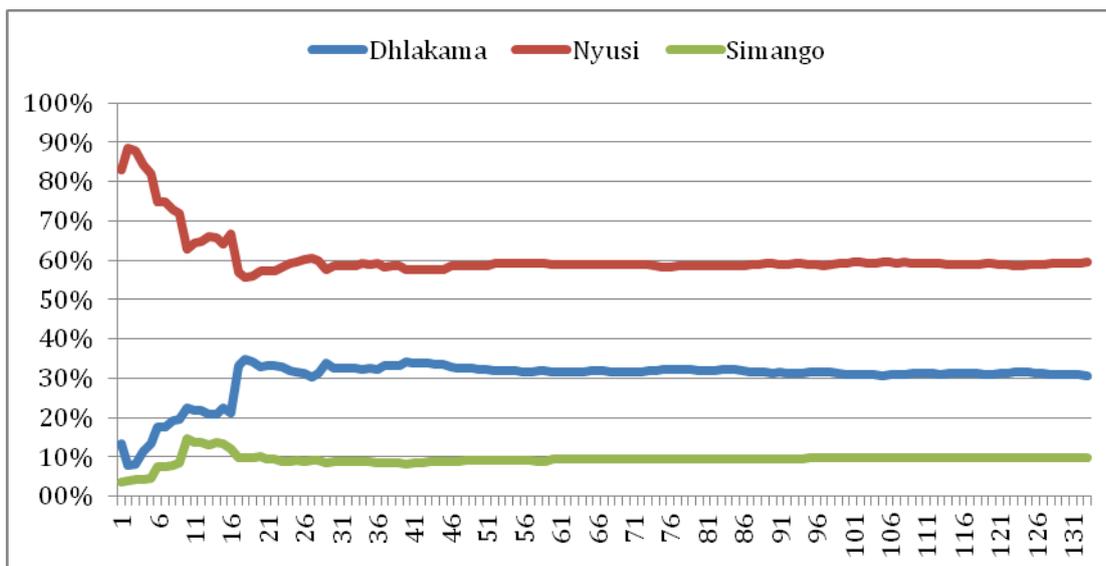
A ausência de resultados oficiais rápidos cria a necessidade de mecanismos alternativos. Os meios de comunicação respondem a esta necessidade anunciando os resultados parciais, das mesas de voto, mas esta não foi até agora uma fonte fiável para uma projecção de resultados eleitorais rápida e de confiança. O apuramento paralelo de votos (PVT) realizado pelo Observatório Eleitoral tem sido, cada vez mais, usado como uma alternativa para a produção de resultados rápidos e de confiança. Esta não tinha sido a intenção inicial do PVT. Quando este foi introduzido em 2004 (após um primeiro teste em 2003) ele visava realmente verificar se havia ou não manipulação do processo de apuramento após a contagem de votos nas mesas de votos. Mas parece ter evoluído para uma “contagem rápida”.

A condição foi sempre de que o padrão de votação em Moçambique é tão complexo e geograficamente diverso que só uma amostra grande e representativa pode prever correctamente os resultados eleitorais. A equipa do CIP desafiou este pressuposto estabelecido e realizou uma experiência que produziu evidência empírica de que é possível fazer uma projecção mais rápida, mais barata e igualmente confiável dos resultados eleitorais.

A hipótese de trabalho era de que um número suficientemente considerável de mesas de votos, conforme publicado pelos meios de comunicação social, iria em determinado momento também proporcionar uma projecção confiável. Previa-se que isto viria a requerer um número elevado de mesas de voto (de até 25% ou mesmo 30%), mas com uma vantagem de que isto poderia ser feito por uma equipa centralizada. O momento em que a projecção tornar-se-ia fiável pode ser visualizado num gráfico linear simples. Quando os resultados começam a fluir, as linhas representando cada candidato oscilam fortemente, mas à medida que mais resultados são acrescentados, as linhas começam a ficar gradualmente mais rectas e a estabilizar, independentemente do número de resultados acrescentados.

O CIP reuniu uma equipa de 9 estudantes da UEM, coordenada pelo Dr. Domingos M. do Rosário e com assistência técnica do Professor Luís de Brito e Marc De Tollenaere. Os estudantes foram solicitados a anotar todos os resultados das eleições presidenciais conforme transmitidos pela Rádio Moçambique, TVM, STV e TV Miramar durante as primeiras 24 horas após o encerramento das mesas de votos. A equipa anotaria a província, a assembleia de votos e o número de votos para os 3 candidatos a presidência. Os jornalistas não mencionariam sempre o local exacto (apenas o nome do distrito, por exemplo) e apresentariam frequentemente os resultados para uma assembleia de voto e não para uma única mesa de votos.

Os resultados das mesas e assembleias de votos foram registados e introduzidos num banco de dados. Até às 10 horas da manhã de Quinta-feira, cerca de 130 resultados foram registados e um primeiro gráfico foi elaborado. O gráfico linear reflecte a percentagem de votos que cada candidato conquistou com base no total de votos para os 3 candidatos, de uma forma progressiva (cumulativa). De forma surpreendente, o gráfico indicou a estabilidade muito mais cedo e com muito maior rapidez do que inicialmente se assumia.



Uma estabilização clara das preferências dos eleitores pode ser observada a partir de 19 entradas de dados. Os dados não foram introduzidos numa ordem pré-estabelecida, mas justamente à medida que eles chegavam. As primeiras 18 entradas de dados (igual a 18 mesas de votos) vieram de 77 assembleias de votos espalhadas por 17 distritos em 8 províncias. Esta dispersão razoável sobre um número muito limitado de resultados já indicava uma tendência.

Depois de 30 entradas, são incluídos os resultados de 170 assembleias de votos distribuídas por todas as 11 províncias. Apesar desta dispersão ser geograficamente desproporcional, o gráfico linear continua notavelmente estável. Quando classificadas como rurais ou urbanas¹, as entradas foram uniformemente distribuídas. Foram introduzidas outras 100 entradas de diferentes

¹ Em alguns casos não é fácil definir o que é rural e o que é urbano. O critério usado aqui é de que urbano é qualquer das 23 cidades do país.

provincias e a linha não se altera mais. O gráfico indica 59,5% para Filipe Nyussi, 30,7% para Afonso Dhlakama e 9,8% para Davis Simango. Quando se introduz uma correção, baseada no peso relativo de cada província, então Filipe Nyussi obtém 56,6%, Dhlakama 34,2% e Simango 9,2%. Estes números estão muito próximos das constatações do PVT do Observatório Eleitoral e dos “resultados provinciais oficiais”².

	Província	Distrito/Cidade	Local de Votação	Rural/ Urbano	AD	FN	DS	Votos	Mesas
1	Cabo Delgado	NAMUNO	EPC Cumone	R	119	736	31	886	2
2	Maputo Província	MATUTUÍNE	EPC DE SALAMANGA	R	80	1559	67	1706	4
3	Inhambane	VILANKULO	EPC DE AEROPORTO	R	22	82	14	118	1
4	Tete	Cidade de Tete	Escola DO AEROPORTO	U	112	96	12	220	1
5	Cabo Delgado	PEMBA	Escola Eduardo Mondlane	U	92	171	27	290	1
6	Maputo Província	C.MATOLA	ESC SEC DE MALAHMPSENE	U	429	1007	215	1651	4
7	Niassa	MARRUPA	EPC MARRUPA SEDE	R	59	241	30	330	1
8	Zambézia	CIDADE DE QUELIMANE	EPC 3 DE FEVEREIRO	U	159	149	46	354	1
9	Niassa	CID. LICHINGA	EPC AMILCAR CABRAL	U	102	268	57	427	1
10	Niassa	CUAMBA	EP1 MAGANGA	R	953	1639	901	3493	9
11	Cabo Delgado	NAMUNO	EPC Cumone	R	119	736	31	886	2
12	Inhambane	INHARRIME	EP1 DE MACUPULANE	R	68	178	12	258	1
13	Maputo Cidade	Ka Mubukwane	E.P Bagamoyo e Ka Mubukwane	U	813	3008	497	4318	11
14	Gaza	XAI-XAI	Instituto de Formação de Professores	U	67	200	149	416	1
15	Tete	Cidade de Tete	EPC NHAMABIRA	U	907	1583	303	2793	7
16	Inhambane	FUNHALOURO	macuco/ tsenane/ manhica/ mafula	R	158	1780	56	1994	5
17	Tete	Angónia	Povoado de xibito	R	5005	2415	291	7711	20
18	Zambézia	NICOADALA	ESCOLA SEC. NICOADALA SEDE	R	1167	862	176	2205	5
19	Maputo Província	C.MATOLA	EPC TCHUMENE	U	445	1103	187	1735	4
20	Maputo Cidade	Cidade de Maputo	E. S. KISS MAVOTA	U	378	1915	319	2612	7
21	Tete	MUTARARA	EPC DE DONA ANA	R	832	983	43	1858	5
22	Cabo Delgado	QUISSANGA	EPC QUISSANGA	R	12	120	6	138	1
23	Nampula	ANGOCHE	EPC NGURA	R	994	2288	49	3331	9
24	Maputo Cidade	Ka Mavota	Escola Primária 10 de Novembro	U	340	1868	254	2462	6
25	Maputo Cidade	Cidade de Maputo	E. S. Z. MANGANHELAS	U	179	680	142	1001	3
26	Manica	SUSSUNDENGA	EP1 1 DE JUNHO	R	711	1921	127	2759	7
27	Maputo Província	C.MATOLA	EPC BAGAMOIO	U	1741	4451	799	6991	17
28	Sofala	MARROMEU	EPC JULIUS NYERERE	R	1031	718	79	1828	5
29	Sofala	NHAMATANDA	E.P.C Heróis Moçambicanos e 3 de Fevereiro	R	3800	2918	350	7068	18
30	Maputo Cidade	Ka Mubukwane	Escola Primária do Jardim	U	575	2770	515	3860	10

² A Lei não prevê apuramento de resultados a este nível. A província devia apenas somar os editais dos distritos. Não é clara a base legal em que a CNE e STAE fazem apuramento e publicam resultados a este nível.

O que se pode concluir?

1. A metodologia descrita neste estudo NÃO é um mecanismo de detecção de fraude, embora possa ser usada como um ponto de referência para os resultados oficiais. Existe certamente uma necessidade de um mecanismo de projecção de resultados relativamente barato e fiável, porque o processo de apuramento dura muito mais tempo do que um processo eleitoral saudável pode suportar (quase duas semanas após as eleições, nem todos os distritos conseguiram produzir editais com os resultados!!!). Ainda assim, por causa da dispersão destas projecções de resultado ter a tendência de “legitimar” a fraude e irregularidades nas mesas e assembleias de voto (existem indicações fortes da existência de fraude em pelo menos 5% das mesas de voto). Os resultados correctos tornam-se em resultados reportados por mecanismos paralelos e têm o efeito não intencional de encobrir a fraude. O objectivo torna-se “num resultado correcto” (a contagem paralela e a oficial coincidem) e ao invés de “corrigir os resultados” (produzindo evidência de fraude onde necessário). Uma projecção fiável rápida dos resultados contribui para a transparência do processo, em particular numa situação onde o apuramento oficial é notoriamente lento. Mas deverá ser apresentada com um alerta de que este poderá conter resultados fraudulentos.
2. Embora a geografia política de Moçambique continue a ser bastante desarmonizada, apresentando fortes diferenças regionais e locais, os padrões de voto em Moçambique aparentam ser suficientemente consolidados para ser capaz de fazer projecções de resultados fiáveis na base de uma amostra relativamente pequena. Isto está de acordo com as experiências nos outros países. Testes adicionais podem ser feitos com base nas anteriores e presentes eleições de tal forma a consolidar e melhorar a metodologia.
3. Esta metodologia não pretende substituir o PVT na medida em que este último também envolve uma observação generalizada que permite fazer um julgamento qualitativo do processo eleitoral. Contudo, tem havido uma tendência de usar o PVT como um instrumento para fazer uma projecção fiável dos resultados (de facto, o PVT não deverá prever, mas contrariamente proporcionar um método fiável para verificar a exactidão dos resultados oficiais – ele é um instrumento *ex-poste* contrariamente a um instrumento *ex-ante*), e o argumento é de que existem formas alternativas de fazer isso. Já que este não é mais o caso, poder-se-ia argumentar que o enfoque do PVT se altera para a detecção de fraude nas assembleias de voto e durante o apuramento. Embora alguns observadores do PVT enviem resultados impossíveis das mesas de voto, eles observaram a ausência de um mecanismo que suporte dados suspeitos com declarações de testemunhas como evidência primária. Isto aponta para a ausência de profissionalismo entre uma boa parte dos observadores nacionais, que apesar de observações recorrentes ainda não foram devidamente abordadas.
4. A experiência do CIP confirma a fiabilidade da abordagem, com uma vantagem acrescentada de que esta metodologia é mais rápida e custa apenas 1% do PVT. É portanto acessível para muitos actores (partidos, observadores, mídia,...) e menos dependente de financiamento externo.

Boletim sobre o processo político em Moçambique

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)

Editor Adjunto: Adriano Nuvunga Chefe de redação: Teles Ribeiro Repórter: Idalêncio Sitoê

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.

Para subscrever a este boletim, envie uma mensagem para j.hanlon@open.ac.uk apenas com a palavra "subscrever" na linha de assunto.

Para cancelar a subscrição do boletim, envie uma mensagem para j.hanlon@open.ac.uk com as palavras "cancelar subscrição" na linha de assunto.

To subscribe in English: <http://tinyurl.com/sub-moz>

Publicado por:

CIP, Centro de Integridade Pública, Rua B (1335) Nr. 79, Bairro da Coop. Maputo. Moçambique.

(CP 3266) Maputo www.cip.org.mz cip@cip.org.mz Tel: +258 21 492 335, 823 016 391, 843 890 584

AWEPA, Parlamentares Europeus para a África, Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo

awepa@awepa.org.mz Tel: +258 21 418 603, 21 418 608, 21 418 626
